



ATA DA 398ª (TRICENTÉSIMA NONAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA) – EXERCÍCIO 2021. No décimo quinto (15) dia do mês de abril de 2021, às nove horas em videochamada, através do link: <HTTPS://meet.google.com/ivm-iynj-qsb>; realizou-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo convocada pela Presidente deste. A referida reunião ocorreu por videochamada visto à determinação do Decreto Municipal nº 378, de 13 de março de 2021, que impõe medidas a serem adotadas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19. Compareceram à reunião os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo do IPSEV Gestão 2021 - 2023: Cláudia Nader Zago, Maria Claudia Farias, Moacir Felix Sobrinho, Pollyana Silva de Andrade, Taciana de Castro Balduino; e do IPSEV: Bruno Lemos da Silva – Presidente Interino, Nicole Batistuta Manzi de Oliveira, Diretoria Executiva, Wanderson Aparecido de Araújo, Procurador Autárquico e Werlaine Cristina Felix Moura, Controlador-Ouvidor. Após a verificação do quórum, o Presidente do Conselho, Moacir Felix Sobrinho declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Passamos a nossa pauta mensal. I – Apresentação da prestação de contas mensais de fevereiro de 2021, de forma sintética com relatórios de fechamentos (financeiro orçamentário, patrimonial e dívida fluante (consignações/dividas em curto prazo) com ofício constando parecer do Instituto; Em análise nos relatórios de fechamentos do mês de fevereiro de 2021, verificamos que a receita arrecadada foi de R\$ 15.911.782,09(quinze milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oitenta e dois reais e nove centavos) e uma despesa liquidada no mês de R\$ 6.575.127,30(seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e vinte sete reais e trinta centavos) e um saldo financeiro em contas no valor de R\$ 468.419.967,15(quatrocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e sete reais e quinze centavos), quanto a dívida fluante, verificamos que o saldo pendente é de R\$ 1.174.574,43(um milhão, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos), entretanto observamos que os valores estão sendo recolhidos nos meses subsequentes; Verificamos que no demonstrativo “**devedores diversos**”, foi inscrito o valor de R\$ 149.543,69(cento e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), na conta 11381060000-valores em trânsito realizável a curto prazo, portanto há necessidade de esclarecimentos técnicos por parte do setor contábil, a origem do lançamento realizado do mês de fevereiro de 2021. II – Apresentação do recolhimento das contribuições de fevereiro e março do ano de 2021: A Prefeitura Municipal recolheu as contribuições dos segurados e patronal referentes a janeiro, fevereiro e março. Continua devendo um valor de R\$99.047,30 (noventa e nove mil, quarenta e sete reais e trinta centavos) referente a ticket de janeiro e o aporte do mês de março. III – Apresentação do saldo de recursos aplicados, bem como o relatório de investimentos com parecer do Instituto do mês de março de 2021 e apresentar a situação financeira e econômica atual do mercado de investimento. De acordo com o relatório encaminhado pela empresa contratada DI BLASI CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, em março teve início o processo de elevação da taxa de juros SELIC. O COPOM aumentou o juro para 2,75% ao ano, com sinalizações de novos aumentos adiante. A inflação no atacado (IGP-M) tem pressionado os preços dos produtos e, por conseguinte, os índices de

inflação ao consumidor (IPCA). A inflação prevista para o ano está em 4,81%. Apesar do aumento da taxa de juro, a bolsa de valores manteve a tendência de alta em março. Sinais emitidos no exterior, com novo pacote de estímulos do Governo Biden, injetando recursos para investimentos e gastos com a pandemia trouxe ânimo para os investidores. No cenário externo, a bolsa norte-americana, representada pelo índice S&P 500, teve alta de 4,26% no mês. Taxa de câmbio fechou em elevação de 2,80%, com a cotação a R\$5,69 por dólar norte-americano. Para 2021 as projeções econômicas apontam para a recuperação das economias emergentes. O PIB tem estimativa de crescimento acima de 3% para 2021, com apostas num cenário de superação da Covid-19. A composição da dívida pública, incluindo os seus prazos de vencimento, a moeda que é emitida e os indexadores utilizados constituem fatores que contribuem para explicar a remuneração oferecida pelos títulos públicos federais. Neste cenário, a alocação dos recursos está com o seguinte indicativo: a) RENDA FIXA: deve estar centrada em TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS. Fundos da família IRF-M estão com taxas de juros médias aproximadas entre 6,33% e 8,27% ao ano. Fundos da família IRF-M, IRF-M 1+ e IMA-B 5+ capturam taxas de juro mais elevadas, embutindo maior risco e sujeitos a maiores oscilações. Com a expectativa de inflação elevada para o ano de 2021, a aplicação em fundos IDKA2, IPCA e IMA-B5 deve capturar retornos de capital a médio prazo. Os fundos CDI (referenciados) e IRF-M 1 (hum) propiciam maior estabilidade de retorno, embora em patamares mais baixos. b) RENDA VARIÁVEL (AÇÕES): o mercado de renda variável pode apresentar uma janela de oportunidades para compras de ações, desde que efetuadas de forma ordenada, com estratégias distintas, formando diversificação de carteira. Importante manter posição no segmento, pois a taxa de juros SELIC embora com tendência de alta, ainda mantém a previsão de patamar próximo a 5% até o final do ano. Fundos Multimercados (com renda variável) também surgem como boa alternativa. As expectativas, doravante, ficam por conta do controle da pandemia e da retomada da atividade econômica. EXTERIOR: Em cenário de taxa de câmbio elevada, aplicações no segmento “Exterior” podem funcionar como mecanismo de diversificação da carteira, com menor correlação com o mercado doméstico. Importante avaliar as diferentes estratégias dos produtos oferecidos para o correto entendimento dos mecanismos de geração de valor para a carteira de investimentos. Foi apresentado o demonstrativo das aplicações financeiras de março de 2021 onde foi constatado uma rentabilidade de 0,7935 % frente a uma meta mensal de 1,3789%, com um rendimento de R\$ 3.663.110,71 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e dez reais e setenta e um centavos). No período houve aplicação no valor de R\$ 49.186.450,11 (quarenta e nove milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais e onze centavos) e um resgate no valor de R\$62.631.418,10 (sessenta e dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e dez centavos). O Patrimônio Líquido é de R\$ 458.704.386,34 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Neste item temos que fazer uma observação como foi efetuado resgate nos últimos dias do mês de março e investimentos nos primeiros dias de abril, o valor do Patrimônio Líquido ficou com esse hiato de tempo, o que será regularizado na prestação de contas do mês de abril. Informamos os valores e dados dos investimentos feitos: Banco do Brasil Multimercado Global Select Equity Investimentos no Exterior, valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões) e Banco do Brasil Globais Hedge Investimento no Exterior Fundo de Investimento (BB Ações Globais hedge Invest Exterior Fi) também um valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões). Fundos esses que foram analisados pelo comitê de investimento. IV – Apresentação do pagamento do parcelamento feito pela Prefeitura Municipal de Uberaba das contribuições patronais do mês de março de 2021; O

relatório apresentado para o Conselho demonstra regularização dos parcelamentos por parte da Prefeitura Municipal de Uberaba e da Companhia Operacional de Desenvolvimento, Saneamento e Ações Urbanas – CODAU no mês de março. V – Informação sobre a Política de Investimento para o exercício de 2021; A aprovação da Política de Investimentos pelo Conselho foi efetivada na reunião extraordinária anterior, encaminhada para o Ministério da Previdência Social - MPS / Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS / Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP no dia doze de abril (12/04/2021) e o comitê de investimentos se encontra realizando reuniões e fazendo os ajustes nos investimentos visando uma melhor performance da carteira. VI - Apresentação dos valores repassados pelos entes c/incidência de juros e multa, se for o caso do mês de janeiro e fevereiro de 2021. Conforme discutido na reunião anterior o assunto referente a Lei Complementar nº 412/2009 que instituiu o Plano de Custeio do IPSEV, em seu art. 14, caput e §2º, esclarece que: “Art. 14. O recolhimento das contribuições dos segurados e patronais será até o décimo dia do mês subsequente ao mês de competência, exceto para a contribuição relativa ao abono anual, tudo acompanhado das correspondentes discriminações, permitindo ao IPSEV acesso a listagem nominal com o valor correspondente à contribuição de cada servidor e ao resumo da folha de pagamento com as remunerações que resultaram nas devidas contribuições. §2º. O recolhimento dos aportes dos Poderes Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações para a manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Financeiro, previstos no Inciso VI do Art. 5º desta Lei, será até o penúltimo dia útil da competência”. Dessa forma, o pagamento das contribuições pelos órgãos e autarquias municipais não está condicionado ao envio de ofícios de cobrança pelo IPSEV, uma vez que a folha de pagamento é elaborada pelo setor competente da própria entidade que é a detentora da informação e a responsável pelo pagamento. Visto isso, o IPSEV, já fez o cálculo dos valores devidos e encaminhará a cada órgão/autarquia um ofício esclarecendo essa situação e cobrando os valores já calculados com juros e multa conforme legislação e pedindo uma solução desta questão. Os valores de multas e juros ficaram respectivamente: janeiro R\$56.352,76 (cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), fevereiro R\$32.927,53 (trinta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos), totalizando R\$89.280,29 (oitenta e nove mil, duzentos e oitenta reais e vinte e nove centavos) a serem pagos de juros e multa. VII – Situação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. O instituto explanou sobre a validade do CRP que é semestral, mas que no momento o Instituto está com Decisão Judicial em 6 itens, Dr. Wanderson ressaltou sua preocupação por estarmos com liminar visto que a mesma pode ser modificada em qualquer momento e a necessidade de regularizarmos todos os itens, ressaltando o item Equilíbrio Financeiro e Atuarial que demanda um trabalho longo e em conjunto com a Prefeitura Municipal de Uberaba, para sanar esse quesito. Os Conselheiros deixaram claro, a preocupação por estarmos com decisão Judicial em itens que já deveriam ter sido regularizados pelo IPSEV e que até a presente data ainda estão com pendências, são eles: Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – consistência, Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – Encaminhamento à SPPS - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR – Consistência, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR – Consistência e Caráter Contributivo, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – Encaminhamento à SPPS, itens esses que o instituto deve regularizar o mais urgente possível, pois deixou transparecer que houve um certo “descaso” por estar com decisão judicial. Os conselheiros compreendem a dificuldade em resolver o item Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento NTA, DRAA e

resultados das análises, mas também cobram ações imediatas para se começar a elaborar os cálculos para solucionar também esse item. Bruno então esclareceu que já foi contratada a empresa Aliança Assessoria Atuarial por R\$10.380,00 (dez mil, trezentos e oitenta reais) para 12 meses, para começar os estudos do item. Werlaini expos que iniciou no cargo de controlador-ouvidor dia oito de março, e houve uma serie de percalços em estar colocando as informações em dia no sistema, principalmente por não ter tido acesso a documentação anterior a sua chegada porque não as encontrou e também por que as informações foram colocadas no sistema somente até setembro do ano passado. Mas deixou claro seu empenho em colocar as coisas em dia, fazendo se necessário uma força tarefa. Passamos então a outros assuntos que não constavam da pauta. Bruno informou que o Instituto irá se filiar a ABIPEM – Associação Brasileira dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais, com uma anuidade de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais). A ABIPEM é uma entidade civil, de direito privado, de âmbito nacional, sem fins lucrativos. Como representante das Instituições de Previdência e Assistência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tem por objetivo congregar as instituições que dela participam através de um constante processo de aprimoramento de seu conhecimento técnico-administrativo, de atividades de intercambio, da realização de congressos nacionais e encontros regionais discutindo e difundindo os princípios da doutrina previdenciária e assistencial. Essas atividades têm como finalidade assegurar o desenvolvimento econômico, técnico, administrativo e social das instituições filiadas, visando o bem-estar dos seus segurados e beneficiários. Bruno também relatou que o Instituto está elaborando um termo de referência para contratação de assessoria para a implementação do Pró-Gestão, que o Instituto já fez a adesão, mas as ações ainda não foram elaboradas e implementadas. Expos também que será necessária uma auditoria do Instituto em todas as esferas. O presidente do Conselho Moacir Félix, solicitou para a próxima reunião a apresentação da Planilha da Memória de Cálculo da taxa administrativa, que demonstra os valores a receber da Prefeitura, para o exercício de 2021. O Conselho deliberou que a próxima reunião será realizada no dia 20/05/2021, devendo ser adotadas as medidas cabíveis, e solicitando que o Instituto organize a documentação para ser analisada na reunião. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 horas. Eu Maria Claudia Farias lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais membros do Conselho Administrativo:

Moacir Felix Sobrinho
Presidente do Conselho
Administrativo

Claudia Nader Zago
Vice-Presidente do Conselho
Administrativo

Maria Claudia Farias
Conselheira

Pollyana Silva de Andrade
Conselheira

Taciana de Castro Balduino
Conselheira